HERRERA SIMÕES OAB/RJ-042678 ADOVADO: ANDERSON LUIZ DE SOUZA OAB/RJ-212922 **Relator: DES. SIRLEY ABREU BIONDI** Ementa: Embargos de Declaração. Ação de conhecimento com pedido possessório c/c indenizatória. Plantação de cogumelos orgânicos certificados, que foi destruída. Liminar parcialmente deferida. Sentença de improcedência. Apelo interposto pelo autor, tendo sido desprovido o recurso, pelo Colegiado, por unanimidade. Embargos de Declaração opostos pelo autor. Vícios enumerados no art. 1.022 do novo CPC, não demonstrados. Impossibilidade de inovação em sede recursal, exceto na hipótese de força maior, não caracterizada. Questão já apreciada pelo eg. STF (Embargos de Declaração no RE 491.955 *é* Rio Grande do Sul *é* RelatoraMin. Rosa Weber *é* julgamento em 06/10/2016 *é* Plenário do STF). DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

014. APELAÇÃO 0301473-23.2012.8.19.0001 Assunto: Contrato / Bancários / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 10 VARA CÍVEL Ação: 0301473-23.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00573907 - APELANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S.A. ADOVADO: EDMUNDO NOGUEIRA COELHO OAB/RJ-021504 ADOVADO: DANIEL LYONS OAB/RJ-118911 APELADO: JANISE DE LIMA ADOVADO: DANIELE MOREIRA OAB/RJ-137245 **Relator: DES. SIRLEY ABREU BIONDI** Ementa: Ação de obrigação de fazer c/c indenizatória. Alegação de cobrança de oito tarifas não contratadas - Tarifa de Adiantamento de Depositante, Juros Adiantamento de Depositante, Tarifa Saque Terminal, Tarifa de Ficha Cadastral, Tarifa de Renovação de Cadastro, Tarifa Sobre Excesso em Conta Corrente, Tarifa de Entrega, Tarifa Fornecimento de Declaração. Sentença de parcial procedência. Inconformismo do Banco réu. Aplicação do CDC. Reconhecimento induvidoso do dever indenizatório pelo transtorno, abalo e constrangimento à parte autora e tudo, em razão de falhas internas. Dano moral in re ipsa. Verba indenizatória arbitrada em R\$ 3.000,00, (três mil reais), que deve ser mantida. Autora que teve parcelas descontadas em sua conta corrente indevidamente. Valor indenizatório que observou os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e ainda, a extensão do dano, sendo esse valor, o que vem sendo fixado reiteradamente nos julgamentos de casos semelhantes, neste Tribunal. Aplicação da súmula nº 343 do TJRJ. Condenação do réu à devolução das parcelas descontadas indevidamente, em dobro, como reiteradamente tem decidido esta Câmara Cível, pois se tratar de fortuito interno, demonstrando falha gravíssima dos serviços prestados pelo Banco, aplicando-se in casu, o art. 42, parágrafo único do CDC. Precedentes. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

015. APELAÇÃO 0328996-10.2012.8.19.0001 Assunto: Isonomia Salarial - Servidor Público Civil / Isonomia/Equivalência Salarial / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 14 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0328996-10.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2014.00009725 - APELANTE: ALMIR DUTRA DE MATTOS APELANTE: JOSE ESPEDITO COLLARES FILHO APELANTE: NEVALDO DE VASCONCELOS PEREIRA ADOVADO: WANESSA PRIMO PONTES OAB/RJ-165454 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: JULIANA CURVACHO CAPELLA ALMEIDA DA SILVA **Relator: DES. SIRLEY ABREU BIONDI** Ementa: Ação de Cobrança. Autores, servidores públicos do Poder Judiciário. Demanda versando sobre a Lei nº 1.206/1987, que concedeu reajuste aos servidores civis e militares no percentual de 70,5%, não estendendo o benefício aos servidores do Poder Judiciário (art. 5º). Sentença de improcedência. Apelo dos autores. Acórdão dando provimento ao recurso. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pela parte ré. Precedente do colendo STF, no RE com Agravo nº 909437, em repercussão geral, sendo relator o Ministro Luis Roberto Barroso, no sentido de ser vedada a concessão de aumento remuneratório pelo Poder Judiciário, sem expressa previsão legal, com fulcro tão somente em suposta isonomia, considerando-se como afronta à Súmula 339 do STF e Súmula vinculante 37. Outrora, se posicionava a Relatoria de forma diversa, o que não é mais possível, ressalvado o seu entendimento pessoal em outras causas idênticas. Sentença que merece ser mantida, sob os fundamentos deste voto, negando-se provimento ao recurso da parte autora. Ônus da sucumbência a cargo dos autores. Verba honorária fixada em R\$ 500,00, além do pagamento de custas. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

016. APELAÇÃO / REEXAME NECESSARIO 0051861-66.2013.8.19.0001 Assunto: Isonomia Salarial - Servidor Público Civil / Isonomia/Equivalência Salarial / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 15 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0051861-66.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2014.00288921 - APE: FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA PROC. EST.: TATIANA PEREIRA MORAES LEITE APE: PERLA NANCHERY ADOVADO: CESIO CAETANO RIBEIRO JUNIOR OAB/RJ-181078 APDO: OS MESMOS **Relator: DES. SIRLEY ABREU BIONDI** Funciona: Ministério Público Ementa: Ação de Cobrança. Demanda versando sobre a Lei nº 1.206/1987, que concedeu reajuste aos servidores civis e militares no percentual de 70,5%, não estendendo o benefício aos servidores do Poder Judiciário (art. 5º). Sentença de parcial procedência. Apelos de ambas as partes. Acórdão mantendo o conteúdo principal da sentença. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pela parte ré. Precedente do colendo STF, no RE com Agravo nº 909437, em repercussão geral, sendo relator o Ministro Luis Roberto Barroso, no sentido de ser vedada a concessão de aumento remuneratório pelo Poder Judiciário, sem expressa previsão legal, com fulcro tão somente em suposta isonomia, considerando-se como afronta à Súmula 331 do STF. Outrora, se posicionava a Relatoria de forma diversa, o que não é mais possível, ressalvado o seu entendimento pessoal em outras causas idênticas. Sentença que merece reforma, dando-se provimento ao recurso do réu, RIOPREVIDÊNCIA. Ônus da sucumbência a cargo da parte autora. Verba honorária fixada em R\$ 500,00. PROVIMENTO DO RECURSO 1 (réu) e DESPROVIMENTO DO RECURSO 2 (autora). Conclusões: POR UNANIMIDADE, NO EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO 1 (RIO PREVIDÊNCIA) E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO 2 (AUTORA), NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

id: 3151144

*** DGJUR - SECRETARIA DA 13ª CÂMARA CÍVEL ***

DESPACHOS

001. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0047237-98.2018.8.19.0000 Assunto: Tutela e Curatela / Família / DIREITO CIVIL Origem: NOVA FRIBURGO 2 VARA DE FAMILIA Ação: 0001810-64.2018.8.19.0037 Protocolo: 3204/2018.00483935 - AGTE: SIGILOSO AGTE: SIGILOSO ADOVADO: MIRIAN OLIVEIRA DA ROCHA PITTA OAB/RJ-050061 ADOVADO: VILMA JACINTO DE ARAÚJO OAB/RJ-122258 AGDO: SIGILOSO AGDO: SIGILOSO AGDO: SIGILOSO ADOVADO: EVANDRO PEREIRA RIBEIRO